

Seixas e Amaral retomam negociações com credores e tentam finalizar acordo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A equipe de negociações da dívida externa — reduzida por enquanto aos nomes de Antônio de Pádua Seixas, diretor da Dívida Externa do BC, e de Sérgio Amaral, coordenador para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda — tem ainda pela frente aspectos importantes a acertar com o comitê assessor de bancos credores e que pode envolver algumas dificuldades.

Seixas e Amaral tentavam ontem à noite embarcar para Nova York — dependendo de passagem aérea, levando seguramente consigo o trunfo do fortalecimento do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a partir dos episódios que levaram às mudanças dos presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, uma situação mais favorável diante do recuo do governo, na semana anterior, que vacilou em mexer nos salários do funcionalismo público e que não teve boa repercussão no exterior.

Mas existem aspectos técnicos da negociação a serem desobstruídos. O esquema de desembolso dos US\$ 5,8 bilhões — este valor está acertado como montante de financiamento dos bancos para este ano — é um deles. Mais importante do que isso, no entanto, é o fato de os US\$ 5,8 bilhões estarem vinculados, de algum modo, a um aval do Banco Mundial (BIRD).

O vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, que participava da missão de negociadores e já se decidiu por deixar o governo, atestou ontem a este jornal que os bancos credores têm insistido no co-financiamento do Banco Mundial para participarem do financiamento de US\$ 5,8 bilhões. Sua opinião é de que não haverá muito problema em torno da amarração com o Banco Mundial e que tudo pode ser arranjado em tempo hábil para que o primeiro desembolso, em valor mais expressivo, possa cobrir os US\$ 3 bilhões tomados no ano passado dentro do acordo interino acertado com os bancos pela equipe do então ministro Bresser Pereira.

Uma alternativa ao esquema de co-financiamento é a do "parallel financing", um financiamento paralelo do Banco Mundial que serviria como uma garantia ao empréstimo dos bancos. Neste item as conversas podem ser dificultadas na hora de discutir as condicionalidades que o Banco Mundial poderá impor.

Mas também em torno do empréstimo-ponte que o Brasil já acenou como necessário para cobrir os juros que vencem entre abril e junho (no total o valor da obrigação brasileira no período chega a US\$ 1,8 bilhão), existe, da parte dos bancos, toda uma predisposição de aderir ao projeto caso haja a participação de agências governamentais. "Isto não chega a ser uma novidade", observa Adroaldo, recordando-se de que o Tesouro norte-americano acabou tendo presença ativa em um empréstimo-ponte para o governo argentino.

Os negociadores brasilei-

ros terão de estar munidos de uma boa dose de perspicácia e de determinação quando começarem a discutir com os bancos a questão do reemprestimo interno dos recursos das amortizações externas que ficam retidos no Banco Central (BC). Na linguagem dos bancos isto se chama "re-lending". O governo já tem idealizados alguns mecanismos que não permitam que o "re-lending" funcione como um fator de estímulo à saída de capital do País pela via do mercado paralelo de câmbio.

Limitações para evitar este tipo de desvio são necessárias, na opinião de Adroaldo Moura da Silva, para enfrentar uma prática que pode muito bem estar ocorrendo hoje. O banco credor negocia com um tomador dentro do País e o empréstimo de depósitos que tem junto ao BC. O tomador interno recebe uma comissão do banco credor, como se fosse um pré-pagamento, vai ao BC e retira os cruzados ali depositados, e em outra operação, deposita este dinheiro em conta de não residentes junto a bancos dentro do País. O banco credor saca a dinheiro da conta, compra os dólares no mercado paralelo, e remete o valor para o exterior.

"Dada a taxa de câmbio interna e preço dos papéis brasileiros no exterior, o "re-lending" poderia vir a propiciar uma janela de pré-pagamento em cruzados com saída de dólares pelo mercado paralelo", observa Adroaldo Moura da Silva.

Também o projeto da conversão da dívida externa em investimento de risco dentro do País pode sofrer algumas adaptações em função das negociações com os credores. Sabe-se, por exemplo, que os bancos não querem que os US\$ 5,8 bilhões de empréstimos novos sejam desagiados para efeito de registro, no BC, do valor do investimento estrangeiro. As discussões devem avançar ainda em torno do princípio do "carve-out" (por este processo, passa a incidir a taxa de "spread" mais baixa, de 0,8125% sobre o estoque da dívida velha, já contratada). Os pontos aqui a considerar são os seguintes: se a taxa de risco menor retroage a 15 de abril de 1986 e se a dívida contraída pelo setor privado vai-se beneficiar da redução.

"Existe boa vontade dos bancos para fecharem o acordo, mas o difícil é estabelecer um plano coerente de política econômica, internamente, para que o acordo flua", conforme colocou o vice-presidente demissionário do Banco do Brasil. Sua preocupação maior está voltada justamente para a fase crucial do acordo com os bancos que é a da coleta de assinaturas. Nas suas previsões, isto pode começar a acontecer a partir de abril. Não há, na verdade, qualquer vinculação direta entre o desembolso dos bancos e um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas Adroaldo está convencido de que os bancos credores tendem a aguardar o desenvolvimento das conversas com o FMI para aderirem formalmente ao acordo da dívida externa.